



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

# **A serpente no ovo - apresentação do número temático Violência Escolar, Direitos Humanos e Responsabilidade**

José Leon Crochick  
Universidade Federal de São Paulo  
jlchna@usp.br

Marian Ávila de Lima Dias  
Universidade Federal de São Paulo  
marian.dias@unifesp.br

## **A serpente no ovo - apresentação do número temático Violência Escolar, Direitos Humanos e Responsabilidade**

A violência social, que nos acompanha desde o início de nossa história, para prosseguir em sua existência, precisa se apresentar de formas diversas; assim como os vírus provenientes de mutações, são oriundas de uma mesma fonte – a ânsia de destruição -, e atacam de diferentes direções. Assim, os xingamentos, agressões físicas, apelidos, discriminação contra os que mais se destacam da norma, a insensibilidade com o sofrimento alheio, são visíveis nas diversas instituições sociais e, dentre elas, na escola. A violência no ambiente escolar é um triste fato presente em todos os países afetando atualmente milhões de crianças e jovens. Essa grave constatação da falha do processo civilizatório se espalha para além da escola e aponta para o fracasso na formação das gerações para o verdadeiramente humano, uma vez que não há violência que se perceba na escola que não tenha relação direta ou indireta com a violência social.

Na sociedade, sua estrutura desigual reproduz a injustiça feita pelos que têm poder econômico, e, portanto, político e opressivo sobre os que têm de se adaptar à submissão cotidiana para sobreviver. A violência assume também diversas formas, uma delas



representada pelo impedimento da consciência da brutalidade social se constituir; para que isso ocorra, a própria brutalidade é considerada, pela ideologia que falseia a consciência, um fato da vida não superável e seus autores enaltecidos como heróis ou mitos.

Se o desejo de dominação está presente na primeira infância para realizar o sentimento de onipotência que esconde a real impotência gerada por nossas limitações frente à vida, a cultura, a educação, e a educação escolar deveriam permitir a expressão do sofrimento para que ele não se converta em violência; a consciência dos limites naturais, mas, principalmente, a consciência da determinação social que gera outros limites a uma vida digna de ser vivida, permite que a própria tendência à destruição mude sua meta e seu objeto, não tendo mais como objetivo a dizimação dos outros e de tudo que foi construído por todos e nem a perseguição daqueles que servem de descarga para esta violência, sem que, em hipótese alguma, contribuam para isso.

Pelo afirmado acima, pode-se entender que toda origem da violência é social e que mesmo com crianças pequenas nunca deve ser entendido como algo próprio de sua fase de vida que irá ser superado sem intervenção dos educadores e nem que seja mera brincadeira. Mas, em relação às ações de maus-tratos entre crianças e adolescentes e bullying, ocorridas na escola e fora dela, é isso que parecem pensar vários adultos, entre eles, também educadores. Se a escola não deve ser mera reprodutora da sociedade que a constitui, deve pensar sobre as práticas que lá ocorrem que sendo alteradas, podem contribuir para possibilitar uma vida pacificada.

De outra parte, os direitos humanos, tematizados na educação básica como forma de minimamente se contrapor à barbarização de uma educação transformada em mera instrução e capacitação para a competição, como exercício de participação singular e aberto à alteridade dentre os membros da comunidade escolar se materializa naquilo que tem se convencionado nomear de 'educação em direitos humanos'. Porém, estes têm sido considerados apenas como ponto de chegada em um horizonte incerto e não como a única forma digna dos indivíduos se relacionarem sem serem pautados pela dominação.

Outro ponto importante no estudo e combate à violência na escola é a diferenciação de suas formas, a que necessidades individuais atendem e como torna-las conscientes para que deixem de existir. Assim, bullying não é toda forma de agressão entre estudantes ou entre adultos, crianças e jovens, mas é delimitado como uma ação repetida durante um período contra o mesmo alvo, que não consegue resistir suficientemente; é uma forma de perseguição dos considerados mais frágeis. Não é necessário justificar tais agressões, a não ser definindo-as como brincadeiras. Ainda que essas agressões possam ser dirigidas a alvos oriundos de minorias sociais e, dessa maneira, aproximar-se do preconceito, os motivos



presentes em ambos podem ser distintos: no caso do bullying, a necessidade de destruição aparece de forma quase ‘pura’: um riso, um ódio, que parece não ter nenhum controle; já o preconceito, pode se manifestar também sutilmente, mas mesmo quando é claramente perceptível, pode ter uma justificativa, uma ‘desculpa’: o preconceituoso precisa dela para se convencer que sua violência tem origem compreensível.

Se o bullying é definido como uma ação, o preconceito é uma atitude, cuja ação correspondente é a discriminação, e os alvos desse último são mais bem delimitados, provenientes de minorias destacadas culturalmente: negros e negras, LGBTQI+, judeus, nordestinos, imigrantes, pessoas com deficiência; no caso do bullying, parece ser indiferente o que o alvo possa representar para o autor da violência. A discriminação provinda do preconceito pode se desdobrar em marginalização e segregação, em ambos os casos, o alvo não é destruído, mas colocado à margem ou fora do grupo; no bullying, ele deve ser psicologicamente destruído e fisicamente agredido; não casualmente, os massacres ocorridos em escolas trazem como alguns de seus autores os que sofreram essa forma de violência, como tentativa imaginária de reparar a dor sofrida.

A outra modalidade de agressão na escola, por vezes também considerada como “brincadeira” refere-se aos maus-tratos entre alunos; ora, se um dos objetivos da educação escolar é proporcionar formas civilizadas de exposição de divergências, não caberia aceitar esses tipos de agressão; também deveriam ser refletidos quanto aos seus significados e suas consequências para os que os sofrem e para todos.

Se a violência na escola é determinada socialmente, a educação escolar necessariamente deve ser política, mas não partidária, isso significa que os seus determinantes sociais devem ser apresentados e discutidos nas diversas disciplinas curriculares para que a consciência individual possa se constituir e fortalecer as ações para que a sociedade se transforme não para ser ‘mais justa’, mas ‘justa’. Assim, não somente as ações individuais de agressão, quando ocorrem, devem ser pensadas, mas também suas origens sociais, possibilitando unir os alunos em causas sociais comuns, como a possibilidade de superação da miséria material e intelectual que ainda é abundante em diversos lugares; a primeira se resolve com uma justa distribuição de renda; a segunda é mais difícil de superar, mas não tentar, é abdicar da civilização.

Os estudantes que praticam essas formas de violência são crianças e adolescentes em formação e, também por isso, é fundamental que não sejam tratados como delinquentes ou criminosos; se as regras sociais e, também, as escolares, devem ser seguidas, desde que racionais, é essa racionalidade que deve ser entendida para que sejam seguidas; assim, claro, não cabe deixar de estabelecer consequências a quem as transgride, mas, a formação



da consciência que expresse o que há de regressivo nessas ações é fundamental. Sem isso, marcas da regressão psíquica, presentes nessas formas de violência, prosseguem na vida adulta; não são poucos os políticos, empresários, professores e outros que realizam seus impulsos destrutivos próprios a um sistema fascista; claro, o fascismo é um fenômeno social, que interessa à dominação de poucos grupos sobre a humanidade, mas sem esses indivíduos infantilizados, essa forma de regime totalitário não teria como se sustentar.

É nesse cenário que apresentamos os artigos deste número temático abordando questões relativas às temáticas supracitadas no sentido de tornar públicas a pesquisa e o pensamento capazes de oferecer formas de resistência do campo da educação frente ao avanço da violência como forma de relação entre os seres humanos dentro e fora da escola. Temos desde contribuições examinando a situação da violência entre pares de modo mais amplo dentro dos sistemas escolares, em seus aspectos linguísticos, políticos e etários, como artigos com relatos de casos específicos de implementações de ações em escolas e ou municípios, passando por investigações voltadas às percepções dos professores, bem como artigos que trazem reflexões sobre o fenômeno a partir de uma perspectiva psicanalítica.

Os textos deste número temático contêm dados de pesquisa e de reflexão fundamentais para se pensar essas questões e outras igualmente importantes, e não assinaladas nesta apresentação, daí a importância de conhecê-los para termos indicações sérias de compreensão para que o problema possa ser adequadamente enfrentado.